



Boletim PNAD
Resultados da PNAD 2013
Rendimento da população
Dezembro de 2014

Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento (Seplan)
José Sergio Gabrielli

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Pesquisas (Dipeq)
Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes)
Roberto Maxímiano Pereira

Coordenação Editorial
Armando Affonso de Castro Neto

Equipe Técnica
Armando Affonso de Castro Neto
Guillermo Etkin
Sônia Pereira Ribeiro

Coordenação de Biblioteca e Documentação (Cobi)
Normalização
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações (Codin)
Ana Paula Porto

Editoria-geral
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Revisão
Calixto Sabatini

Editoria de Arte e de Estilo
Projeto Gráfico
Ludmila Nagamatsu

Editoração
Marta Barreto

Ilustração de capa
Stock.xchng/Billy Alexander

Boletim PNAD [recurso eletrônico] / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. v. 1, n. 1 (2014 -). — Salvador : SEI, 2014.

v.2
n.4
Trimestral
ISSN

CDU 304 (047)

RESULTADOS DA PNAD 2013 – RENDIMENTO DA POPULAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Este boletim dá continuidade às investigações temáticas iniciadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) em 2012, a partir da construção de indicadores com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Considerando o recorte temporal que abrange 2007 e 2013, já foram lançados os boletins que analisam o comportamento do trabalho infantil e dos indicadores educacionais na Bahia. Este número investiga o rendimento da população baiana no citado período. Todos os boletins podem ser acessados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br).

RENDIMENTO NA BAHIA NO PERÍODO 2007-2013

O rendimento médio da população da Bahia experimentou um crescimento, passando de R\$ 837 para R\$ 1.121 e registrando um aumento real de 33,9% entre 2007 e 2013. Na zona urbana, saiu de R\$ 979 para R\$ 1.280, com uma expansão de 30,8%, enquanto na área rural a elevação foi inferior, de R\$ 504 para R\$ 640, com aumento de 27,1%.

Na Tabela 1, observa-se o rendimento médio por decil da população, ordenado por apropriação de renda de cada decil. Os 10% mais pobres apresentaram um rendimento médio pessoal de R\$ 85, representando apenas 1% da renda apropriada, enquanto os 10% mais ricos exibiram uma renda média pessoal de R\$ 3.701, com um percentual de 44,2 da renda apropriada em 2007. Em 2013, os 10% mais pobres tiveram um crescimento de 16% em seu rendimento médio, passando, em valores absolutos, para R\$ 99, embora, em termos relativos, a participação na renda total tenha sido de apenas 0,9%. Os 10% mais ricos experimentaram um rendimento de R\$ 5.124, que representa 45,7% da renda apropriada, com um aumento real de 38,4% em relação a 2007.

As variações na participação de renda apropriada no período apresentaram algumas alterações, apontando resultado negativo para todos os decis, sobretudo para os 10% mais pobres (13,3%), excetuando-se os 10% mais ricos, que tiveram variação positiva de 3%. A participação dos demais decis oscilou entre 5,3% e 0,7% da renda apropriada entre 2007 e 2013.

O rendimento médio das pessoas no meio urbano apresentou um crescimento real de 30,8% entre 2007 e 2013, incidindo sobre todos os decis, sendo que o maior resultado foi registrado no terceiro decil (40,6%). Considerando-se os decis de renda na zona urbana, observa-se que os 10% mais pobres tiveram um rendimento de R\$ 91, que corresponde a apenas 0,9% da renda apropriada, enquanto os 10% mais ricos perceberam R\$ 4.403, representando 45% do total da renda aferida em 2007. Em 2013, o rendimento médio dos 10% mais pobres

Tabela 1
Rendimento médio pessoal e renda apropriada por decil da população – Bahia – 2007/2013

Decis da população	2007		2013		Variação do rendimento médio 2007/2013 (%)	Variação da renda apropriada 2007/2013
	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada		
1	85	1,0	99	0,9	16,1	-13,3
2	173	2,1	222	2,0	28,6	-4,0
3	302	3,6	396	3,5	31,1	-2,1
4	478	5,7	635	5,7	33,0	-0,7
5	534	6,4	678	6,0	27,0	-5,3
6	534	6,4	681	6,1	27,5	-4,8
7	600	7,2	784	7,0	30,6	-2,4
8	793	9,5	1.050	9,4	32,3	-1,2
9	1.168	14,0	1.540	13,7	31,9	-1,6
10	3.701	44,2	5.124	45,7	38,4	3,3
Total	837	100,0	1.121	100,0	33,9	-

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI.
 Nota: Valores em R\$ de 2013.

Tabela 2
Rendimento médio pessoal e renda apropriada por decil da população urbana – Bahia – 2007/2013

Decis da população	2007		2013		Variação do rendimento médio 2007/2013 (%)	Variação da renda apropriada 2007/2013
	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada		
1	91	0,9	113	0,9	24,6	-4,8
2	215	2,2	290	2,3	34,9	3,2
3	381	3,9	536	4,2	40,6	7,4
4	533	5,4	678	5,3	27,1	-2,9
5	534	5,5	678	5,3	27,0	-3,0
6	561	5,7	724	5,7	29,1	-1,3
7	701	7,2	894	7,0	27,5	-2,5
8	957	9,8	1.211	9,5	26,6	-3,3
9	1.410	14,4	1.802	14,1	27,7	-2,3
10	4.403	45,0	5.877	45,9	33,5	2,0
Total	979	100,0	1.280	100,0	30,8	-

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI.
 Nota: Valores em R\$ de 2013.

se elevou em termos absolutos, mas a renda apropriada desse grupo não se alterou. O decil dos 10% mais ricos registrou um rendimento médio de R\$ 5.877, elevando a renda apropriada pelo grupo para 45,9% em 2013. O rendimento médio do período variou, entre os decis, de 24,6% a 40,6%. Para os 10% mais pobres, a variação foi 24,6%, sendo o terceiro e o segundo decil responsáveis pelos percentuais mais elevados do rendimento médio do período. A variação da renda apropriada foi negativa para a maioria dos decis, excetuando-se o segundo, o terceiro e o decil dos 10% mais ricos.

Na zona rural, de acordo com a classificação dos decis, os rendimentos médios apresentaram desempenho mais baixo quando comparado com o da zona urbana. Os 10% mais pobres registraram um rendimento de R\$ 79, que corresponde a 1,6% do total, enquanto os 10% mais ricos aferiram R\$ 1.582, concentrando 31,4% do total dos rendimentos em 2007. Os demais decis exibiram rendimentos que flutuaram entre R\$ 135 e R\$ 701.

Em 2013, os 10% mais ricos totalizaram R\$ 2.245, concentrando 35% dos rendimentos aferidos, enquanto os 10% mais pobres mantiveram o mesmo rendimento, de R\$ 79, com um percentual de apenas 1,2% do total de rendimentos, inferior ao de 2007. Os demais decis apresentaram renda média de R\$ 147 a R\$ 888.

Tabela 3
Rendimento médio pessoal e renda apropriada por decil da população rural – Bahia – 2007/2013

Decis da população	2007		2013		Variação do rendimento médio 2007/2013 (%)	Variação da renda apropriada 2007/2013
	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada		
1	79	1,6	79	1,2	0,1	-21,3
2	135	2,7	147	2,3	9,0	-14,3
3	199	3,9	220	3,4	10,6	-13,0
4	301	6,0	318	5,0	5,4	-17,1
5	428	8,5	477	7,5	11,4	-12,2
6	534	10,6	669	10,4	25,3	-1,6
7	534	10,6	678	10,6	27,0	0,0
8	543	10,8	689	10,8	26,9	0,0
9	701	13,9	880	13,7	25,6	-1,2
10	1.582	31,4	2.245	35,0	41,9	11,5
Total	504	100,0	640	100,0	27,1	-

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI.

Nota: Valores em R\$ de 2013.

A variação do rendimento médio no período 2007/2013 no meio rural foi insignificante para os 10% mais pobres, com um percentual de 0,1%, enquanto os 10% mais ricos atingiram 41,9% no período. Os demais decis tiveram variações significativas, sobretudo os situados entre o sexto e nono decil. A variação da renda apropriada mostrou resultados negativos, exceto para os 10% mais ricos, com um percentual de 11,5, e no sétimo e oitavo decil, para os quais não houve variação. Os desempenhos negativos oscilaram de -21,3% a 0%, sendo o primeiro índice atribuído aos 10% mais pobres. Observando-se a variação da renda apropriada no período, nota-se desempenho negativo para a maioria dos decis, sendo o dos 10% mais pobres o mais atingido.

Tabela 4
Evolução da extrema pobreza – Bahia – 2007/2013

Situação do domicílio	População total		População extremamente pobre		% da população em condição de extrema pobreza	
	2007	2013	2007	2013	2007	2013
Total	14.473.675	15.062.681	1.451.528	986.369	10,0	6,5
Urbano	9.840.786	11.140.670	689.107	520.754	7,0	4,7
Rural	4.632.889	3.922.011	762.421	465.615	16,5	11,9

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI

Analisando-se a extrema pobreza¹, constata-se que a população que se encontrava nessa situação em 2007 representava 10% do total do estado, somando 1,451 milhão de pessoas. Em 2013, esse número caiu para 986 mil pessoas, correspondendo a um percentual de 6,5. No meio urbano, houve queda, embora menos significativa quando comparada à da área rural, sendo registradas 689 mil pessoas nessa condição em 2007 e 521 mil em 2013, representando uma diminuição de 4,7% no período. Já no meio rural, passou-se de 762 mil pessoas em 2007 para 466 mil em 2013, saindo de 16,5% para 11,9%, com redução de 4,6 pontos percentuais.

Tabela 5
Hiato médio de pobreza e da extrema pobreza – Bahia – 2007/2013

Situação do domicílio	Hiato médio pobreza (R\$)		Hiato médio extrema pobreza (R\$)	
	2007	2013	2007	2013
Total	43,4	41,5	35,4	36,0
Urbano	42,0	39,6	36,5	40,0
Rural	45,1	43,4	34,3	31,5

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI.

Nota: Valores em R\$ de 2013.

1 Para definir pobreza e extrema pobreza, considerou-se o critério do MDS desenvolvido para o Programa Brasil Sem Miséria. Ou seja, pessoas que viviam com renda domiciliar per capita entre R\$ 0 e R\$ 70 (em valores de 2010) foram consideradas extremamente pobres (para domicílios com rendimento zero, foram usados os filtros determinados na metodologia). Pessoas que viviam com renda domiciliar per capita entre R\$ 70 e R\$ 140 (em valores de 2010) foram consideradas pobres. As linhas de pobreza e extrema pobreza foram corrigidas para os anos de 2007 e 2013 (R\$ 84 era o limite superior da extrema pobreza e R\$ 168 da pobreza, em 2013).

Analisando-se o hiato médio de pobreza (diferença da linha superior de pobreza para a renda domiciliar per capita média das pessoas que vivem na condição de pobreza), houve uma redução real, passando de R\$ 43,4 em 2007 para R\$ 41,5 em 2013. Isto quer dizer que as pessoas estavam, em média, menos pobres em 2013 em relação a 2007. No meio urbano, o hiato passou de R\$ 42,0 em 2007 para R\$ 39,6 em 2013. Na área rural, essa mudança também ocorreu, caindo de R\$ 45,1 para R\$ 43,4.

No quadro do hiato médio da extrema pobreza, o comportamento é mais estável, com R\$ 35,4 em 2007 e um hiato de R\$ 36,0 em 2013, apontando um pequeno crescimento da média no período. Esse aumento foi registrado devido à elevação do hiato médio da extrema pobreza no meio urbano, de R\$ 36,5 para R\$ 40,0, enquanto na zona rural foi constatada uma redução de R\$ 34,3 para R\$ 31,5 no período. Isso significa que a distância da renda média dos extremamente pobres na zona urbana para a linha que os delimita está maior, enquanto essa diferença na zona rural está menor. Portanto, os que ainda estão extremamente pobres na zona rural estão menos pobres em relação a 2007, e na área urbana, apesar de ter diminuído o número de pessoas abaixo da linha, aqueles que ainda vivem nessa condição tiveram renda menor do que a aferida em 2007.

Tabela 6
População economicamente ativa por condição de extrema pobreza, situação do domicílio e condição de ocupação – Bahia – 2007/2013

Situação do domicílio	Ocupados		Desocupados		Desocupados (%)	
	2007	2013	2007	2013	2007	2013
População extremamente pobre						
Total	466.361	243.963	93.875	91.543	16,8	27,3
Urbano	147.218	67.465	78.286	76.735	34,7	53,2
Rural	319.143	176.498	15.589	14.808	4,7	7,7
População NÃO extremamente pobre						
Total	5.577.098	6.035.944	464.495	417.616	7,7	6,5
Urbano	3.907.973	4.651.282	423.995	384.513	9,8	7,6
Rural	1.669.125	1.384.662	40.500	33.103	2,4	2,3

Fonte: IBGE—PNAD. Cálculos da SEI

Considerando-se a população economicamente ativa (PEA), a parcela da população extremamente pobre correspondia a 560 mil pessoas em 2007, incluindo 466 mil ocupados e 94 mil desocupados. Esse quantitativo foi reduzido para 336 mil em 2013, sendo 244 mil ocupados e 92 mil desocupados. Em termos relativos, os ocupados representavam 83,2% dos extremamente pobres, e os desocupados, 16,8%, em 2007. Em 2013, o percentual de ocupados caiu para 72%, e o de desocupados se elevou para 27,3%. Essa redução do número de ocupados não significa um aumento da desocupação, mas uma migração dos extremamente pobres para o contingente não extremamente pobre no período, com a redução da miséria.

Existe uma diferença entre os meios urbano e rural quanto à probabilidade de uma pessoa em extrema pobreza estar ocupada. Enquanto na zona urbana o percentual de extrema pobreza corresponde a 1,4 do total de ocupados, na área rural, esse contingente é superior, com um percentual de 11,3 dos ocupados em 2013. As taxas de desocupação da PEA extremamente pobre corroboram a hipótese de que a pobreza no meio urbano é um fenômeno intimamente relacionado com o mercado de trabalho. Enquanto a taxa de desocupação da PEA não extremamente pobre foi de 7,6% em 2013, a dos extremamente pobres atingiu 53,2%. Já no meio rural, a lógica é bastante distinta. A extrema pobreza pouco se relaciona com a condição de trabalho, sendo que a taxa de desemprego dos extremamente pobres da zona rural baiana foi de apenas 7,7% em 2013.

A população não extremamente pobre representava, em 2007, um contingente de aproximadamente 6 milhões de pessoas na PEA, assim distribuídos: 71,7% residentes na zona urbana e 28,3% na zona rural. Esse contingente se elevou para quase 6,5 milhões em 2013, sendo 78% provenientes do meio urbano, e 22%, do rural.

Pobreza e extrema pobreza – Unidades da Federação – 2007/2013

País/ Região/UF	2007				2013				Variação 2007 - 2013		
	Extremamente pobres		Pobres		Extremamente pobres		Pobres		Extrema pobreza	Pobreza	Pobres e extremamente pobres
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%			
Brasil	10.390.768	5,5	20.800.044	11,0	7.101.591	3,5	10.648.988	5,3	-3.289.177	-10.151.056	-13.440.233
Norte	1.230.440	8,0	2.711.728	17,6	974.029	5,7	1.769.097	10,4	-256.411	-942.631	-1.199.042
Rondônia	91.958	5,8	192.506	12,0	61.586	3,6	105.409	6,1	-30.372	-87.097	-117.469
Acre	107.009	15,4	121.597	17,5	52.608	6,7	97.015	12,4	-54.401	-24.582	-78.983
Amazonas	373.524	11,0	624.546	18,3	267.467	7,0	419.280	11,0	-106.057	-205.266	-311.323
Roraima	31.686	7,4	70.778	16,4	19.170	3,9	33.544	6,8	-12.516	-37.234	-49.750
Pará	459.510	6,3	1.380.749	18,9	476.973	6,0	921.489	11,5	17.463	-459.260	-441.797
Amapá	56.446	8,8	91.841	14,4	29.162	3,9	73.422	9,9	-27.284	-18.419	-45.703
Tocantins	110.307	8,1	229.711	16,9	67.063	4,5	118.938	8,0	-43.244	-110.773	-154.017
Nordeste	6.688.732	12,6	10.786.121	20,3	4.271.566	7,6	6.051.835	10,8	-2.417.166	-4.734.286	-7.151.452
Maranhão	1.187.493	18,5	1.255.902	19,6	1.003.731	14,8	884.162	13,0	-183.762	-371.740	-555.502
Piauí	474.575	15,4	601.957	19,5	176.661	5,5	382.954	12,0	-297.914	-219.003	-516.917
Ceará	1.109.820	13,3	1.662.375	19,9	660.082	7,5	1.034.294	11,8	-449.738	-628.081	-1.077.819
Rio Grande do Norte	352.149	11,2	505.550	16,0	166.838	4,9	315.004	9,3	-185.311	-190.546	-375.857
Paraíba	386.472	10,4	806.654	21,6	233.731	6,0	418.044	10,7	-152.741	-388.610	-541.351
Pernambuco	1.044.437	11,9	1.752.744	20,0	634.514	6,9	786.739	8,5	-409.923	-966.005	-1.375.928
Alagoas	501.354	15,9	685.555	21,7	317.807	9,6	455.837	13,8	-183.547	-229.718	-413.265
Sergipe	180.904	8,8	373.979	18,3	91.833	4,2	201.032	9,1	-89.071	-172.947	-262.018
Bahia	1.451.528	10,0	3.141.405	21,7	986.369	6,5	1.573.769	10,4	-465.159	-1.567.636	-2.032.795
Sudeste	1.520.683	1,9	4.759.084	5,9	1.199.667	1,4	1.942.369	2,3	-321.016	-2.816.715	-3.137.731
Minas Gerais	556.230	2,8	1.990.174	10,1	383.945	1,9	714.769	3,5	-172.285	-1.275.405	-1.447.690
Espírito Santo	95.314	2,7	315.708	8,9	75.995	2,0	159.979	4,2	-19.319	-155.729	-175.048
Rio de Janeiro	289.850	1,8	859.479	5,5	322.848	2,0	373.464	2,3	32.998	-486.015	-453.017
São Paulo	579.289	1,4	1.593.723	3,9	416.879	1,0	694.157	1,6	-162.410	-899.566	-1.061.976
Sul	582.547	2,1	1.502.837	5,5	369.003	1,3	541.195	1,9	-213.544	-961.642	-1.175.186
Paraná	225.441	2,2	619.594	5,9	146.265	1,3	197.764	1,8	-79.176	-421.830	-501.006
Santa Catarina	48.455	0,8	173.578	2,8	65.991	1,0	84.845	1,3	17.536	-88.733	-71.197
Rio Grande do Sul	308.651	2,8	709.665	6,5	156.747	1,4	258.586	2,3	-151.904	-451.079	-602.983
Centro-Oeste	368.366	2,7	1.040.274	7,6	287.326	1,9	344.492	2,3	-81.040	-695.782	-776.822
Mato Grosso do Sul	58.233	2,4	184.657	7,7	52.912	2,0	52.094	2,0	-5.321	-132.563	-137.884
Mato Grosso	103.936	3,6	259.096	8,9	101.348	3,2	78.132	2,4	-2.588	-180.964	-183.552
Goiás	171.118	2,9	458.589	7,8	109.426	1,7	159.523	2,5	-61.692	-299.066	-360.758
Distrito Federal	35.079	1,4	137.932	5,6	23.640	0,8	54.743	2,0	-11.439	-83.189	-94.628

Fonte: IBGE-PNAD. Cálculos da SEI.

As reduções das taxas evidenciadas neste documento representam a saída de pouco mais de 2 milhões de baianos da condição de pobreza, entre 2007 e 2013, colocando a Bahia como o estado que mais avançou na redução absoluta de pobreza e extrema pobreza no recorte temporal analisado. No Brasil, são menos 13,4 milhões de pessoas em pobreza ou extrema pobreza, sendo o Nordeste responsável pela saída de 7,2 milhões; o Sudeste, por 3,1 milhões; o Sul e o Norte, por aproximadamente 1,2 milhão cada; e o Centro-Oeste, por 777 mil. Em 2013, o estado com a maior proporção de pobreza foi Alagoas (13,8%), e de extrema pobreza, o Maranhão (14,8%). As menores taxas são de Santa Catarina, para a pobreza (1,3%), e Distrito Federal, para a extrema pobreza (0,8%). Em números absolutos, a Bahia ainda registra o maior quantitativo de pobres (1,6 milhão), e o Maranhão, de extremamente pobres (1,0 milhão).



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO